



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

16643 - Resumo Expandido - Trabalho - XV Reunião ANPEd Sul (2024)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 01 - História da Educação

O PROCESSO CIVILIZADOR NO ATENDIMENTO À INFÂNCIA: A PRIMEIRA CRECHE DE OSÓRIO - RS NA DÉCADA DE 1980

Diana Patrícia Mauer - PPGEDU/UFRGS

Fabiana Gazzotti Mayboroda - UNISINOS/PPGE - UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS

Leandro Forell - UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

O PROCESSO CIVILIZADOR NO ATENDIMENTO À INFÂNCIA: A PRIMEIRA CRECHE DE OSÓRIO - RS NA DÉCADA DE 1980

RESUMO: Este trabalho apresenta o atendimento à infância no município de Osório/RS, através de sua primeira creche, chamada de Nossa Senhora da Conceição, inaugurada em 1983. A produção de documentos aconteceu a partir de pesquisas em quatro acervos e de entrevistas com profissionais que atuaram na instituição. A partir dos achados buscou-se entender como o atendimento era realizado, quais as prioridades estabelecidas, qual a realidade social das crianças e das famílias atendidas, quais os profissionais que atuavam, como eram as relações entre os profissionais, quais as relações com o cenário político e qual o papel das festas escolares para esta comunidade. Compreendeu-se que o trabalho da instituição buscava um processo civilizador da comunidade por meio de suas práticas de cuidado com as crianças e de sua tentativa em educar as famílias, por meio de um rede de interdependências que moldou o atendimento e definiu suas prioridades, tornando a creche um símbolo do cuidado de crianças e bebês.

PALAVRAS-CHAVE: História do Atendimento à Infância; Creche; Processo Civilizador.

O atendimento à infância no Brasil teve seu início marcado por características do assistencialismo e da medicina. Três modelos de atendimento, no cenário brasileiro, “fizeram parte do conjunto de instituições modelares de uma sociedade civilizada” (Kuhlmann Jr.,

2000, p. 8): as Creches, para bebês e crianças em situação econômica desfavorável; os Jardins de Infância, para crianças maiores e de elite; e as Escolas Maternais, para os filhos de operários durante a jornada de trabalho dos pais. As creches iniciaram com o objetivo de melhorar a qualidade de vida para as crianças, principalmente para os filhos de trabalhadores fabris, pois, “havia uma concepção de que a família seria, de certa forma, ‘incapaz’ de administrar a educação de sua prole” (Carvalho, 2006, p. 124), logo, buscava-se disciplinar as crianças e as famílias de acordo com um ideal de homem.

No cenário do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, na cidade de Osório, uma das mais antigas da região, a instituição desponta na década de 1980, com a Creche Nossa Senhora da Conceição, criada e construída em 1982, com a inauguração em 20 de março de 1983. A creche surge de um contrato do prefeito Jorge Dariva e o Programa Pró-Creche, do governo estadual. Quando inaugurada, sob a administração municipal de Bruno Niederauer, a instituição abrigava a creche, com berçários, o jardim de infância, que se chamava “Núcleo Pinguinho de Gente” e a Unidade de Proteção ao Pré-Escolar (UPPE), um Programa que iniciou no município na década de 1970 e atendia crianças com sinais de desnutrição e em realidade socioeconômica vulnerável.

Esta pesquisa busca entender como se constitui o atendimento à infância nesta primeira creche do município, e como se estabeleceu um processo civilizador das famílias atendidas pela creche. Para compreender o conceito de processo civilizador são abordadas as obras de Norbert Elias (2011) e Leão (2007). Para Elias (2011), o processo civilizador é uma ação de mudança no comportamento e no pensamento da sociedade, que pode ocorrer a partir de mudanças nas redes de interdependências que “mantêm os indivíduos ligados e formam nexos mutáveis chamados figurações ou configurações” (Leão, 2007, p. 30).

Para refletir sobre o processo de institucionalização do atendimento aos bebês e como ele pode ser considerado um processo civilizador, procuramos entender quais foram as mudanças que ocorreram na sociedade para que este atendimento fosse necessário e quais as relações de interdependência estavam estabelecidas entre os pares e entre adultos e crianças, o que pode demonstrar, também, onde estava centrado o poder.

Esta pesquisa utilizou duas formas de produção de informações: a pesquisa em documentos e a história oral. Considerando que nenhum dos documentos construídos era uma prova definitiva, eles foram questionados e relacionados entre si, para elaborar uma interpretação sobre a história da instituição. Grazziotin e Almeida (2012, p. 33) destacam que quando a pesquisa é composta por mais de uma categoria de documentos “é importante tratar o documento escrito, iconográfico e oral de forma interligada e problematizada no contexto

em que aparece”, ou seja, os documentos pertencem ao mesmo período e podem se complementar, com cuidado para não privilegiar alguns em detrimento de outros.

O primeiro momento da pesquisa se deu com quatro acervos: o Arquivo Histórico Antônio Stenzel Filho, em que localizamos principalmente reportagens de jornais de circulação local; o Arquivo da Prefeitura Municipal de Osório, que nos apresentou documentos das secretarias municipais; o acervo da entrevistada Leda, com fotografias das creches municipais e recortes de jornais; e o acervo da própria instituição, a EMEI Nossa Senhora da Conceição, com álbuns de fotografias.

O segundo momento da pesquisa teve como metodologia a História Oral, quando foram entrevistadas cinco mulheres, que atuaram na instituição no período pesquisado. Os roteiros de entrevistas foram diferenciados para as profissionais, pois duas atuaram como professoras (Catiana e Estela), duas como serventes (Jussimara e Maria) e uma é ex-secretária de Saúde, Meio Ambiente e Serviço Social (Leda). Lembrando que “a memória oral não é coadjuvante para preencher lacunas que outros documentos não deram conta” (Grazziotin; Almeida, 2012, p. 26). As entrevistas auxiliaram a compreender o cotidiano da creche, as relações entre as profissionais e com a comunidade escolar, além das relações de poder com as figuras políticas. As relações entre os documentos permitiram realizar análises sobre o atendimento à infância na creche e sobre o processo civilizador promovido pela mesma.

Para compreender o início do atendimento à infância na primeira creche de Osório, RS, a análise foi realizada em duas categorias que abordam questões internas, ligadas ao cotidiano da instituição, e questões externas, relacionadas à sociedade e ao mundo político. As duas categorias de análise auxiliam a compreender o processo civilizador promovido através do trabalho da creche.

O primeiro destaque do cotidiano da instituição são os processos educacionais, mesmo sem haver um caráter educativo definido e sem a compreensão dos profissionais. É possível perceber em diversas falas das entrevistadas que o foco do atendimento da creche, nas décadas de 1980 e 1990, era em saúde, higiene e alimentação. A entrevistada Leda (2022) destaca: “A gente conseguia, com as creches, cuidar das crianças de maneira que elas não ficassem doentes, que ficassem graves que precisassem de hospitalização”. Maria e Jussimara exemplificam a necessidade desta preocupação ao destacarem que muitas crianças chegavam na creche em uma situação de não higiene: “levava pra debaixo do chuveiro, dava um banho, deixava bem cheirosinho, vestia uma roupa limpa, pegava aquela deles suja botava na máquina pra lavar, lavava, secava e eles iam embora com a roupinha limpa” (Maria, 2022).

Alguns documentos analisados, também, exemplificam as práticas realizadas na instituição que contribuíam para a manutenção e a prevenção da saúde das crianças. Como a antropometria, realizada pela própria Leda, com medições e pesagem das crianças; listas de crianças tratadas para Pediculose e Verminose; e relatórios sobre aplicação de vacinas BCG e contra sarampo. Segundo Carvalho (2006, p. 118), os médicos e psicólogos higienistas realizavam descrições do que consideravam “como sendo um desenvolvimento infantil normal e classificavam as condutas das crianças e de suas famílias como normais ou patológicas”.

A professora Catiana (2022) destaca a sala reservada para o atendimento médico e ambulatorial: “O médico ia atender as crianças lá ou as mães, era como um consultório médico”. É possível perceber que a preocupação das creches não era só com as crianças, mas também direcionada às mães. As relações entre crianças, mães e profissionais da creche começavam a ser repensadas, e uma nova figuração era estabelecida. Para Elias (2011, p. 38) “a modificação das figurações humanas liga-se estreitamente à possibilidade de transmitir as experiências de determinadas gerações, como um saber social adquirido”. Assim, a creche com seu trabalho procurava, além de cuidar das crianças, ensinar às mães como cuidar de seus filhos, ou seja, buscava realizar uma mudança no pensamento e nas atitudes da comunidade, um fator indicativo de um processo civilizador.

Na creche, no período anterior à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, as crianças eram acompanhadas pelas atendentes, “professor mesmo era praticamente só lá no Jardim, e as outras turmas não tinham professor, então aquelas colegas, elas eram atendentes, atendente de turma” (Estela, 2022). As atendentes não precisavam ter formação específica para atuar com as crianças, porém, com a falta de preparo das profissionais, percebeu-se uma lacuna no desenvolvimento das crianças. Assim, Leda, a Secretária de Saúde, Serviço Social e Meio Ambiente, colocou terapeutas ocupacionais nas creches para realizar um trabalho com as crianças, além de psicólogos para as crianças e funcionários.

A presença de profissionais da área da saúde faz destacar as contribuições e interferências do higienismo nas instituições de atendimento às crianças e a falta de entendimento do ato pedagógico, pois segundo Kuhlmann Jr. (2000), o atendimento de 0 a 3 anos não possuía um caráter educacional, mas sim uma orientação assistencialista que não era pedagógica. Entretanto, mesmo sem o entendimento pedagógico da docência havia um aprendizado da parte dos bebês. Na inauguração da creche, antes mesmo de Leda estar envolvida com as creches, o periódico local destacou que a instituição se preocuparia com o desenvolvimento biopsicológico, “através de atendimento nas áreas de recreação, educação,

saúde e nutrição” (Folha do Litoral, 22/03/1983, capa), sem diferenciar o atendimento entre as faixas etárias.

O segundo momento das análises aborda as questões externas à creche, a sua articulação com a sociedade e o mundo político. A presença da pediatra Leda na creche não aconteceu ao acaso, mas sim devido à rede de relações em que ela estava inserida, ou seja, como esposa do vice-prefeito foi possível a ela se inserir no trabalho assistencial do município. No final da década de 1980, foi criada a Secretaria de Saúde, Serviço Social e Meio Ambiente, tendo Leda como secretária. A partir de então, a Creche Nossa Senhora da Conceição passa a ser mantida por esta secretaria e não mais pela Secretaria de Educação, Saúde e Assistência Social e são criadas as demais creches do município.

Havia uma forte preocupação da parte da pediatra quanto à higiene e saúde das crianças, por isso ela promovia diversas campanhas no município, dentro e fora das creches, para assegurar saúde e higiene para as crianças e suas famílias, e participava dos espaços como uma forma de observar a execução das atividades e mostrar como fazer, “ela tinha muito esse olhar médico, sanitário dos espaços, então ela queria tudo, pelo relato das profissionais ela era uma pessoa muito exigente, ela era visionária” (Catiana, 2022). As ações da primeira dama demonstram uma tentativa de produzir um processo de civilização com a população do município, principalmente com as mães e profissionais da creche. Para Leão (2007, p. 10) “[...] todos os caminhos levam a civilidade à escola, porque ela entra com toda a força na longa história cultural dos modelos e das práticas pedagógicas”.

O processo civilizador promovido pela creche e pelas figuras de poder aconteceu tanto no nível da sociogênese, ou seja, da sociedade, quanto no nível da psicogênese, ou seja, dos indivíduos. Pois, o processo civilizador, para Elias (2011) acontece dessa forma, de fora para dentro e de dentro para fora. Os agentes da sociedade afirmam e demonstram o comportamento/pensamento esperado de forma que os indivíduos compreendam, assimilem e assim, reproduzam, incorporando a si os valores e conhecimentos. Na creche, a figuração entre os indivíduos promoveu o processo de compreensão e legitimação deste espaço como importante para proteger as crianças da desnutrição e da hospitalização.

Ao entender as relações de interdependência existentes na creche desde 1983 até a década de 1990, podemos entender como alguns processos foram estabelecidos. Como as prioridades do atendimento foram estipuladas e modificadas, como a realidade das famílias atendidas foi se modificando, como os profissionais da creche foram sendo escolhidos e aperfeiçoados, como as escolhas políticas foram realizadas e como a creche se tornou um símbolo do cuidado com as crianças.

A creche tem em sua trajetória uma preocupação com a educação, mesmo não sendo a prioridade, pois o tripé do atendimento estava na saúde, higiene e alimentação. São estes os valores difundidos pela creche na sociedade, em sua tentativa de educar as famílias das crianças. Em um processo civilizatório as redes de relações mantêm os indivíduos ligados uns aos outros e formam a figuração da sociedade ou das instituições, que promovem os processos civilizatórios. A Creche Nossa Senhora da Conceição se tornou um símbolo do cuidado de crianças e bebês na década de 1980 e promoveu, por meio das relações de interdependências entre funcionários, famílias, crianças e figuras de poder um processo civilizador para difundir os valores desejados. Assim, a creche deixou de ser somente uma necessidade e passou a ser também um desejo para as famílias.

REFERÊNCIAS

- CARVALHO, Rodrigo Saballa de. A emergência das Instituições de Educação Infantil. **Revista História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPEL, Pelotas, n. 20, p. 115-134, set. 2006.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador, volume 1**: uma história dos costumes. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi S.; ALMEIDA, Dóris Bittencourt. **Romagem do Tempo e Recantos da Memória**: Reflexões metodológicas sobre História Oral. São Leopoldo: Oikos, 2012.
- KUHLMANN JR., Moysés. Histórias da educação infantil brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, ANPED, Rio de Janeiro, n. 14, mai./jun./jul./ago. 2000.
- LEÃO, Andréa Borges. **Norbert Elias & a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.